

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1479/XIV/3.<sup>a</sup>

### PELA PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PROJETO DA PONTE-AÇUDE NO BAIXO VOUGA LAGUNAR

Em setembro deste ano, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro adjudicou ao Grupo ABB, por 9,9 milhões de euros, acrescidos de IVA, a construção da ponte-açude do Rio Novo do Príncipe em Cacia, no concelho de Aveiro. Segundo os proponentes, o projeto visa a melhoraria da defesa contra cheias e marés da zona do Baixo Vouga Lagunar. Além disso, a ponte-açude tem como objetivos travar o avanço da cunha salina e aumentar a disponibilidade de água doce para fins agrícolas, bem como para a unidade industrial de produção de pasta de papel da propriedade da empresa Navigator.

A construção da ponte-açude no Baixo Vouga Lagunar, em plena Zona Especial de Proteção da Ria de Aveiro, constituirá uma barreira à continuidade longitudinal daquele ecossistema, impedindo o acesso de importantes populações de espécies de peixes migradores anádromos a locais de desova nos rios Vouga, Águeda e Alfusqueiro. Algumas destas espécies que ainda ocorrem no Baixo Vouga Lagunar, como a lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*), o sável (*Alosa alosa*) e a truta-marisca (*Salmo trutta*) estão muito ameaçadas em Portugal, apresentando estatutos de conservação desfavoráveis.

Na última edição do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, publicada em 2005, o sável está classificado como «Em Perigo» e a lampreia-marinha e a truta-marisca como « criticamente Em Perigo » de extinção. Segundo especialistas<sup>1</sup>, não se prevê que a revisão do Livro Vermelho dos Peixes Dulçaquícolas e Migradores altere os estatutos de conservação desfavoráveis destas espécies. Como tal, importa envidar todos os esforços

---

<sup>1</sup> <https://www.wilder.pt/historias/peixes-migradores-a-construcao-de-uma-ponte-acude-em-pleno-estuario-do-vouga-tera-consequencias-muito-negativas/>

para salvaguardar as importantes populações de peixes migradores do Baixo Vouga Lagunar, salvaguardando-as de impactes negativos que coloquem em risco a sua viabilidade.

Para assegurar o acesso das populações de peixe migradores às áreas de desova é necessário garantir a instalação de dispositivos de passagem nas barreiras fluviais. Mas o atual projeto para a construção da ponte-açude em Cacia não prevê a instalação de qualquer passagem. Incompreensivelmente, tanto a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), como o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) não o exigiram. Apenas determinaram que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro deve apresentar um estudo que estipule as regras de funcionamento das comportas da ponte-açude para que estas não interfiram com a passagem dos peixes. Se o promotor for incapaz de demonstrar que a infraestrutura permite a circulação de peixes – o que é provável dado que as comportas estarão fechadas durante boa parte do ano e, quando abertas, são capazes de gerar forças hidráulicas que os peixes não conseguem contrariar –, aí assim terá de instalar um dispositivo que permita a passagem das populações piscícolas.

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda entende que a posição da APA e do ICNF é inaceitável porque contraria o princípio preventivo do procedimento de avaliação de impacte ambiental. Também organizações não-governamentais de ambiente, como a Zero e a Quercus, mostraram a sua preocupação pela ausência de estudos e avaliações prévias à construção do açude. As entidades tuteladas pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática preferem esperar que a obra avance para só depois avaliar os previsíveis e prováveis efeitos negativos da barreira no ecossistema estuarino, ao invés de agir proativamente para evitar os impactes negativos provocados por este tipo de infraestruturas. A instalação de passagens para peixes não resolve todos os problemas criados pelas barreiras fluviais, mas se for acompanhada da respetiva monitorização para se avaliar a sua eficácia – e se forem aplicadas medidas de conservação e recuperação de habitats para a desova –, contribui para mitigar os efeitos das barreiras. A título de exemplo, na bacia hidrográfica do rio Douro, a proliferação de barragens, açudes e outras barreiras, muitas delas sem passagens para peixes ou com dispositivos ineficazes, levou a que populações inteiras de espécies migradoras anádromas tenham desaparecido daquela bacia hidrográfica.

Além de um dispositivo de passagem para peixes, o projeto da ponte-açude requer também uma avaliação de impacto ambiental adequada. Não é razoável que as entidades competentes considerem válida uma declaração de impacto ambiental favorável de 2003, com mais de 18 anos, atribuída a um projeto que nada tem a ver com o atual e que desconsidera a nova situação de referência. O estudo de impacto ambiental utilizado para viabilizar o atual projeto da ponte-açude diz respeito a infraestruturas hidráulicas de uma pista olímpica de remo e canoagem que nunca avançou no Rio Novo do Príncipe. Além disso, a situação de referência atual é diferente da de 2003. Quando o estudo de impacto ambiental foi elaborado ainda não existia o sistema de barragens Ribeiradio-Ermida que veio alterar o regime de caudais do sistema lagunar. O local também ainda não havia sido incluído na Lista Nacional de Sítios – inclusão que visou melhorar a proteção e conservação das populações de espécies piscícolas migradoras e da manutenção das suas áreas de reprodução e sua ligação ao meio marinho. Como tal, importa sujeitar o projeto da ponte-açude em Cacia a um novo procedimento de avaliação de impacto ambiental adequado à infraestrutura e à nova situação de referência. O novo procedimento de avaliação deve ser acompanhado de instrumentos de participação pública inclusivos e de fácil acesso e compreensão para toda a população.

Além de medidas de conservação da biodiversidade, o governo deve promover uma transição ecológica da agricultura na região, aproveitando a oportunidade de maior disponibilidade hídrica e de contenção do avanço da cunha salina que o projeto da ponte-açude pode criar, caso este obtenha uma declaração de impacto ambiental favorável. Nesse sentido, o governo deve incentivar a produção agrícola centrada nos processos ecológicos, garantindo melhor qualidade de vida para quem nela trabalha e aplicando medidas que visem a redução dos consumos de água e dos fatores de produção poluentes. Neste processo é essencial o envolvimento e a proteção dos pequenos agricultores. De igual modo, importa aplicar medidas que garantam a proteção dos solos perante os riscos de salinização.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Sujeite a um novo procedimento de avaliação de impacte ambiental o projeto para a construção da ponte-açude do Rio Novo do Príncipe, em Cacia, no concelho de Aveiro;
2. Reveja as licenças ambientais já atribuídas ao projeto adequando-as aos resultados do novo procedimento de avaliação de impacte ambiental;
3. Assegure a instalação de um dispositivo de passagem para peixes na ponte-açude do Rio Novo do Príncipe e a monitorização da sua eficácia, caso o projeto obtenha declaração de impacte ambiental favorável;
4. Disponibilize instrumentos de participação pública inclusivos e de fácil acesso e compreensão sobre o projeto;
5. Promova a proteção e conservação das populações de peixes diádromos na região, aplicando medidas que permitam proteger, conservar e recuperar as suas áreas de reprodução em cursos de água doce e a sua ligação ao meio marinho;
6. Garanta a proteção da agricultura, dos pequenos agricultores e do equilíbrio ecológico da região, incluindo medidas de contenção do avanço da cunha salina, nomeadamente uma ponte-açude que esteja em linha com as melhores práticas ambientais;
7. Em articulação com os agricultores da região, assegure apoios e medidas de incentivo à adaptação ecológica da agricultura na região, aplicando medidas para a redução dos consumos de água e dos fatores de produção poluentes, e para a proteção dos solos e da produção agrícola local perante os riscos de salinização.

Assembleia da República, 18 de outubro de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Nelson Peralta; Pedro Filipe Soares; Jorge Costa; Mariana Mortágua; Alexandra Vieira;

Beatriz Dias; Diana Santos; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; Joana Mortágua;

João Vasconcelos; José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro;

**Luís Monteiro; Maria Manuel Rola; Moisés Ferreira; Ricardo Vicente; Catarina Martins**